

Como John Locke estragou tudo

Rui Peralta · 16.09.2026

POLÍTICA · SOCIEDADE · CULTURA

O Carnaval de Notting Hill e as muito criticáveis teorias do filósofo John Locke. Uma banda rock 100% feminina do Afeganistão e o silêncio de John Cage. A música, sempre a música, a música e qualquer coisa. A que nos referimos quando falamos de música?

Na década de 60 do século passado, Londres vivia um período de forte tensão racial. As comunidades imigrantes eram discriminadas e enfrentavam severas barreiras no emprego, alojamentos e no acesso a serviços públicos. Lidando com as explícitas políticas de exclusão, conhecidas por *colour bar*, as comunidades imigrantes iniciaram um forte movimento de protesto em todo o Reino Unido que obrigou o parlamento britânico a aprovar o Race Relations Act, em 1965, o que atenuou a exclusão a que estas comunidades eram sujeitas.

Por sua vez, no bairro de Notting Hill, um grupo de imigrantes de Trinidad e Tobago manifestaram-se pacificamente (ou de forma o mais pacífica possível nestas circunstâncias) nas ruas do bairro de Notting Hill, em 1966, o que levou à formação do Carnaval de Notting Hill, um dos maiores festivais de rua do mundo. Desfiles, concertos de *reggae*, de Calypso e outros estilos musicais caribenhos são uma constante neste festival que, este ano (de 29 a 31 de Agosto), comemorou a 60.^a edição. Vamos ver aqui um cheirinho da edição deste ano:

A colonização das Caraíbas começa com a Espanha, entre finais do século XV e inícios do século XVI. Os espanhóis procuravam minas de ouro, mas foi o açúcar que marcou a desgraça das Caraíbas. Ao introduzir um novo sistema de exploração agrícola, o colonialismo europeu (além de Espanha, os Países Baixos, ingleses e franceses), por um lado, e ao transportar escravos vindos de África (a população que o colonialismo encontrou nestas paragens era manifestamente insuficiente para as necessidades de mão de obra escrava), os europeus (principalmente os ingleses), por outro, alteraram toda a paisagem humana e social da região. Com a abolição da escravatura, no século XIX, o sistema de salário representou mais um passo para o agravamento da pobreza da população.

Nas Caraíbas, tal como em todo o mundo colonizado, as populações foram espoliadas de forma brutal desde o início da colonização. E, no século XVII, surge um argumento que provém de John Locke, no seu Segundo Tratado sobre o Governo Civil (1690) que justifica toda a brutalidade da expropriação a que os colonizados foram sujeitos. O argumento lockeano é, simultaneamente, simples e sofisticado: os direitos de propriedade derivam do trabalho. Ora, os preguiçosos nativos apenas utilizavam a terra para satisfação das suas necessidades básicas com um mínimo de esforço, ou seja, não trabalhavam. Logo as

terras não eram sua propriedade e, portanto, violavam as «leis naturais», pelo que podiam ser punidos ou destruídos como «bestas». Estava assim justificada, pelo «senso comum», a brutalidade da espoliação e da exploração.

Brutalidade e banalização do mal é, também, a realidade vivida no Afeganistão. Desde que os Talibã retomaram o poder, milhões de refugiados afegãos rumaram para o Irão e para o Paquistão. Acontece, no entanto, que os refugiados afegãos nestes dois países são despejados, literalmente, na fronteira. Isto enquanto as mulheres vêem as suas condições a deteriorarem-se, enquanto os direitos básicos à Educação, a liberdade de movimento e ao acesso a serviços são cada vez mais restringidos pelo autoritarismo Talibã.

Ser mulher no Afeganistão significa estar proibida de frequentar parques ao ar livre, e ser obrigada a estar acompanhada por um guardião masculino quando sai de casa. É não ter livros escritos nas bibliotecas (foram retiradas todas as obras escritas por mulheres) e estar sujeita às chamadas «leis de moralidade» que restringem os direitos de falar, recitar ou cantar em público e ensurdecer com o silêncio da comunidade internacional. É suportar os decretos que impedem o direito ao trabalho e à educação.

E a música... a música no Afeganistão foi banida e é considerada contrária aos preceitos do regime. Os músicos são perseguidos, as escolas de música foram encerradas e os instrumentos musicais são queimados em público. Ser mulher e ser criadora musical, no Afeganistão, é uma dupla clandestinidade. A proibição da música e da educação musical, associada às restrições drásticas dos direitos e liberdades das mulheres, torna impossível qualquer actividade artística em solo afegão. Um exemplo é a Burka Band, a primeira banda rock totalmente feminina no panorama musical do Afeganistão. Formado em Cabul, durante o ano de 2002, o grupo é um símbolo de resistência cultural face à opressão do regime Talibã. Vamos ouvir:

Música e sociedade, música e política, música e divertimento, música e sagrado, música e saúde, a música e qualquer coisa, são associações que têm sempre uma primeira questão: a que nos referimos quando falamos de música? E a questão não é simples, nem pode ser resolvida através da consulta ao dicionário. Posso afirmar, por exemplo, que a música é uma arte que se expressa mediante a ordenação de sons no tempo. Com esta afirmação estou a sublinhar a existência do som (seja ele o que for) e a sua ordenação temporal, o que faz supor a ideia do ritmo (a ordem no tempo). Com esta afirmação imponho o princípio de que sem ritmo não há música.

Mas será assim? Então, e o que é o som? E o ruído? Então, e o silêncio? Se assistirmos à audição de 4'33", de John Cage, peça em que o compositor propõe ao público 4 minutos e 33 segundos de silêncio, a afirmação que fiz anteriormente (blablablá do som - que não explica o que é o som - do ruído e da rítmica, porque gosto de abanar o pezinho) não faz sentido. Até porque, ao ouvirmos 4'33", estamos a ouvir o quê? O silêncio? Mas o silêncio é inaudível, quanto muito é sentido, percebido, mas inaudível.

O que ouvimos, de certeza, é o comportamento dos músicos (os que se mexem muito na cadeira), do público (a tosse, o espirro, o comentário), da sala, etc.

4'33" questiona a noção que impera sobre a obra musical. E podem ser dados outros exemplos desse questionamento, na música e noutras artes, como a exposição de Yves Klein, em 1958, na qual o artista plástico apresentou uma galeria vazia e aí vendeu zonas de sensibilidade pictórica imaterial (espaços vazios e invisíveis, que Yves vendia em troca de ouro). Os conceitos de música, arte, de objectos artísticos, são indeterminados. E é esta indeterminação que permite um espaço de liberdade comunicável, que exige participação do ouvinte, do espectador, do apreciador, enfim, de todo o receptor. A obra de arte (da literatura à música, da pintura ao cinema), a produção criativa, é aberta e ambígua, sugerindo, não um mundo ordenado e inequívoco, mas um leque de significados e de participação.

Exactamente como a democracia. Não é ordenada (se o for além da ordenação funcional, é uma democracia em decomposição, ou uma democracia amarrada e amordaçada) e é um espaço criador de liberdade e de bem estar, no qual são debatidos a educação pública, os cuidados de saúde, o nosso posicionamento na ecologia-mundo, a habitação, a família, a dignidade, a qualidade de vida, a cultura, a ciência, enfim, toda a nossa vivência desde o eu ao outro e à criação do nós.

Vamos lá ver, ouvir e sentir 4 minutos e 33 segundos de silêncio: